Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

4. EDUCAÇÃO E CULTURA

SOLENIDADE DA INSTALAÇAO DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇAO, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1967, NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇAO E CULTURA, NO RIO DE JANEIRO.

É-me grato e sumamente honroso presidir a instalação do Conselho Federal de Cultura. Após a árdua tarefa de atender ao campo da educação, alcança agora o Governo a tranqüila área da cultura, certamente tão importante quanto aquela, da qual representa, através do esforço, aspirações e ideais de gerações, o quanto se sedimenta na vida intelectual do País.

Daí se poder talvez argüir que devêramos ter chegado há mais tempo à região agora atingida. Ocorre, porém, que, naturalmente obrigado a atender com prioridade aos imperativos problemas estudantis com que se deparou a Revolução de 1964, teve o Governo de voltar toda a sua atenção ao trabalho de reformular e estruturar a educação, então profundamente desviada dos seus objetivos básicos. Por isso mesmo, ao instalar, em 1965, a Primeira Conferência Nacional de Educação, deixei bem nítido que, entre as numerosas tarefas da administração pública, «nenhuma delas excede em importância ao que se precisa fazer no campo educacional». Foi assim com a plena consciência desse primado que, embora a braços com múltiplos e difíceis problemas, devotamo-nos com vigor e decisão ao trabalho de disciplinar, melhorar e ampliar os sistemas educacionais. E, considerado o que se já logrou, bem podemos afirmar não haverem sido perdidos o tempo e as energias consumidas, como bem o devem atestar a juventude estudiosa e os que por ela são responsáveis.

Preocupado em proporcionar à mocidade brasileira os meios mais adequados e eficientes à sua formação, teve o Governo não

somente de investir consideráveis somas no aperfeiçoamento do ensino, mas, acima de tudo, modificar o ambiente de continuada agitação, incompatível com a tranqüilidade inseparável de qualquer sistema educacional, que se não destine à subversão e à ineficiência. Não que pretendamos impor à mocidade um afastamento dos problemas nacionais, que ela deve sentir e conhecer. Tanto assim que, ao falar na Universidade do Ceará, externei o pensamento do Governo sobre matéria tão delicada e controvertida: «Não se contesta aos moços das escolas superiores, que se adestram para assumir, em breve, postos de atuação e orientação, o direito, e, mais do que o direito, o dever de tomarem conhecimento dos problemas nacionais. É mesmo recomendável que a mocidade sinta e viva esses problemas no momento em que se apresentam e desenvolvem. É uma tomada de consciência que há de ser feita pelos moços no campo da aprendizagem e nos termos adequados à sua condição de cidadãos em fase de formação».

Decorridos quase três anos é fácil constatar-se o progresso realizado: sem prejuízo da liberdade de alunos e professores e, portanto, do bom e frutuoso diálogo que devem entreter no íntimo convívio das aulas, caminhamos a passos largos para um fecundo período em que o debate seja fonte de maiores conhecimentos e não o pretexto para objetivos alheios aos interesses estudantis.

Não foi, porém, suave o caminho percorrido. Inicialmente, a fim de planificar com segurança, houve que aprofundar o conhecimento do sistema de ensino e as efetivas necessidades do País. E somente vencida essa fase tornou-se possível perseguir os objetivos primordiais da ação governamental no campo da educação. O primeiro deles é a expansão do atendimento escolar, a ser alcançado especialmente nos setores de maior influência sobre o desenvolvimento. Logramos assim uma expansão bem orientada, em vez de a termos de modo desordenado e empírico. E prova disso são os resultados obtidos e em breve divulgados. Mostram eles que as matrículas cresceram particularmente em relação ao ensino agrícola, veterinário, industrial e normal. Deixamos, pois, de andar às cegas, para ingressarmos num período adequado aos reclamos do desenvolvimento nacional. Desenvolvimento que levou o Programa Intensivo do Ministério da

Educação a treinar, a partir de 1964, mais de cem mil operários semiqualificados, qualificados e mestres, num esforço sem precedente na vida brasileira.

Deviamos, porém, crescer sem prejuízo da qualidade de ensino e, sempre que possível, com ponderável melhoria. Condição que na realidade não tem permitido, nos cursos superiores, ampliar as vagas na proporção que deverá ser alcançada. Contudo, para incentivar o corpo docente, votou-se o Estatuto do Magistério, ao mesmo tempo em que os Centros de Treinamento Avançado tentam aumentar e qualificar convenientemente os quadros de docentes universitários e pesquisadores.

A par disso, buscamos utilizar a educação como instrumento do processo de democratização de oportunidades. O que tem sido atingido não apenas com a ampliação das matrículas do curso médio em estabelecimentos oficiais, mas também mediante vigoroso sistema de bolsas. Bastará dizer que o Programa Especial de Bolsas de Estudo, havendo atendido, em 1966, 24 mil alunos, deverá, no ano em curso, triplicar esse número. E não deixarei de lembrar aqui os benefícios que trará aos estudantes de todos os níveis a instalação, pela COLTED, nos próximos seis meses, de cerca de 7.500 bibliotecas de níveis primário e médio, além de 530 para o ensino superior em todos os seus matizes.

Extremamente eficaz tem sido a ação do Governo no sentido de amparar e estimular os que se revelam em condições de adquirir maiores conhecimentos. Assim, a CAPES, que distribuíra, em 1963, 281 bolsas, já em 1966 ampliou esse número para 1.368. Igualmente profícuo tem sido o amparo à pesquisa e ao trabalho científico, como ressalta do fato de o Conselho Nacional de Pesquisa, que, em 1964, distribuíra 607 bolsas, haver podido, em 1966, elevar esse número para 1.162.

Acredito serem índices significativos da acurada atenção do Governo para a educação naquilo que tem de essencial e que é, sem dúvida, permitir a todos os brasileiros, sem distinção de qualquer ordem, adquirir, na medida da sua vocação e capacidade, conhecimentos que lhe permitam melhores condições de vida e melhor remuneração para o seu trabalho. Objetivo que não deve

ser perturbado, inclusive por aqueles que, pretendendo imprimir finalidades ideológicas à educação, têm tentado, em meio às amplas liberdades asseguradas pela nossa ordem jurídica, acenar infrutiferamente com o fantasma de imaginário terror cultural.

Não estaria, porém, concluída a obra da Revolução no campo intelectual se, após trabalhos tão profícuos em benefício da educação, deixasse de se voltar com igual vigor para os problemas da cultura nacional. Representada pelo que através do tempo se vai sedimentando nas Bibliotecas, nos Monumentos, nos Museus, no Teatro, no Cinema e nas várias Instituições Culturais, é ela, naturalmente, nesse binômio educação e cultura, a parte mais tranqüila e menos reivindicante. Poderia dizer que é a parte dos cabelos brancos, e talvez por isso já segura do que fez e do que fará pelo Brasil. Cumpre, porém, dar-lhe, principalmente, condições de preservação e, portanto, de sobrevivência e evolução.

Não constitui novidade a situação difícil em que existem nossas principais instituições de cultura, inclusive aquelas mantidas pelo Governo.

Urgia, pois, assisti-las e ampará-las, não isoladamente, mas no contexto de um largo plano de envergadura nacional. Realmente, graças ao contato direto que procurei manter com todas as regiões do País, pude bem perceber que o problema, se era grave nos grandes centros, ainda mais angustiante se apresentava nos pequenos centros, mais carentes de recursos, mas nem por isso menos desejosos de preservar e manter os marcos culturais da comunidade. E o poder público federal, a União, faltaria a um dos seus deveres fundamentais caso não se dispusesse a agir com presteza e eficiência em defesa de imensos patrimônios dispersos por todo o território nacional, cada qual com o seu cunho peculiar de beleza, de história, ou de tradição, e de cuja soma emerge, necessariamente, a própria vida da inteligência brasileira.

Assim, para suprir a grave lacuna existente, julgou o Governo que, a exemplo do Conselho Federal de Educação, tão forte no seu espírito federativo, também um Conselho Federal da Cultura deveria atender às peculiaridades regionais sem prejuízo de ser o órgão governamental destinado a defender, estimular e coordenar,

nas suas linhas mestras, um plano nacional. Daí o empenho que tivemos, dentro de nossas possibilidades, de constituí-lo com figuras altamente representativas da cultura brasileira, nos quatro setores em que atuará o novo Conselho: o das Letras, o das Artes, o das Ciências Humanas e o do Patrimônio Histórico e Artístico. Ao mesmo tempo em que procuramos atender às raízes regionais, que deverão dar ao Conselho as amplas perspectivas que lhe permitirão divisar do Amazonas às fronteiras meridionais.

Para obra desse porte era indispensável existirem adequadas dotações. Foi o que se fez, atribuindo ao Conselho parte dos recursos previstos pelo artigo 92 da Lei de Diretrizes e Bases, e que se destinarão ao Plano Nacional de Cultura.

Estou bem certo de que a instalação deste Conselho, pelos objetivos que o norteiam, pelos meios de que dispõe e também pela expressão dos seus componentes, representa auspicioso acontecimento para a vida intelectual do Brasil. Cabe-lhe atender, de modo permanente, ordenado e eficaz, àquelas aspirações culturais até agora cuidadas apenas esporadicamente, e por isso mesmo freqüentemente ignoradas pelo poder público. Realmente, graças ao ato que tenho aqui a honra de presidir, a cultura nacional ganha novo horizonte e encontra motivos para confiar no futuro, que será certamente mais promissor do que o passado. E as numerosas instituições culturais que por todo o País, pelas vicissitudes enfrentadas e vencidas, são eloqüente testemunho da aspiração nacional nesse campo da inteligência, encontrarão daqui por diante o arrimo que há muito reclamam. Será esse, portanto, mais um serviço prestado pelo ilustre Ministro Professor Moniz de Aragão, cuja atuação e iniciativas o colocam entre os beneméritos da educação e da cultura.

Ao declarar instalado o Conselho Federal da Cultura, desejo congratular-me com os seus ilustres componentes pelo muito que irão realizar em favor da cultura dos brasileiros.